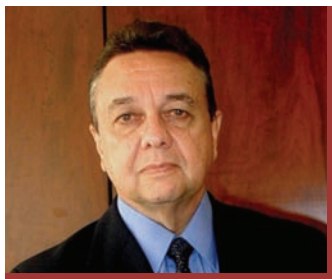


## Diário de bordo

## O salto do PIB



Roberto Rodrigues\*

O PIB brasileiro saltou de 2,33 trilhões de reais em 2006 para 2,6 trilhões em 2007, um crescimento de 5,4%.

Todos festejam esses números, atribuindo-os a dois fatores fundamentais: os investimentos e a demanda doméstica.

A demanda interna foi puxada pelo consumo das famílias, que cresceu 6,5% sobre 2006, empurrado pelo aumento da massa salarial, que, embora de apenas 3,6%, fez o PIB *per capita* aumentar 4% em termos reais, atingindo o valor de R\$ 13.515,00. Este é um dado muito positivo, apesar da já conhecida má distribuição da renda, que também vem sendo combatida pelos programas sociais dos governos.

Outro elemento determinante para o aumento do consumo das famílias foi o crédito para pessoa física, com uma alta de 28,8% sobre o ano anterior. Somado aos maiores salários e ao crescimento de 20,3% nas importações, fica explicada a demanda.

Quanto aos investimentos, cresceram 13,4%, os maiores dos últimos 12 anos.

Para o governo isso tudo é muito bom, porque mostra o acerto da política econômica, surfando num bom momento da economia mundial. Mas o melhor mesmo para o governo foi o aumento da arrecadação, de 9,1%, um novo recorde. Todos os impostos arrecadaram mais: o IPI subiu 14,1%, o ICMS cresceu 8,5% e o ISS e Cofins, 7,8%. Mas o maior salto foi

o do imposto de importação, da ordem de 23,6%.

É claro que isso tem a ver com a atual situação do câmbio: as exportações aumentaram 6,6% e as importações de bens e consumos cresceram 20,7%.

É preciso pensar um pouco nisso. É claro que, com o crescimento da massa salarial e do crédito para consumo das famílias, aumenta a demanda interna e, se os investimentos produtivos não forem suficientes para atendê-la, as importações são essenciais para impedir um desequilíbrio que gere inflação. Até aí, tudo bem. Mas não podemos imaginar que isso se prolongue no tempo, sob pena de perdermos empregos no País para criá-los lá fora.

Tal fato nos leva à observação dos demais setores responsáveis pelo surpreendente salto do PIB. A construção civil cresceu 5,1%. A indústria expandiu-se em 4,9%, e o setor de serviços, 4,7%. E a agropecuária? Mais uma vez, deu sua importante contribuição, de 5,3%. Mais uma vez, os produtores rurais, mesmo saindo da maior crise dos últimos 40 anos em 2004/2006, mesmo com um endividamento explosivo, mesmo com um câmbio que lhes tira a chance de aproveitar o excelente momento de bons preços das *commodities* agrícolas, mesmo com uma logística que lhes poda a competitividade, mesmo com juros e impostos elevados, apesar de tudo isso, fizeram, com esforço, seu PIB crescer 5,3%.

Com isso, atendeu-se à expansão da demanda interna sem necessidade de importações volumosas: o setor exportou 58,4 bilhões de dólares e importou menos de 9 bi, com um saldo de 49,7 bi, maior do que o saldo total do País, que foi de 40 bilhões.

Dessa forma, o agronegócio ajudou a puxar o PIB para cima, garantindo o abastecimento interno, e ainda salvou o saldo comercial. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## Carnes: um tiro no pé



Cesário Ramalho da Silva\*

O BRASIL tem de manter o canal de negociações aberto com a União Europeia para reconquistar a credibilidade deles na carne bovina brasileira. Temos de esgotar todas as possibilidades de diálogo, e não partir para a retaliação ou o confronto. Não podemos abdicar do mercado europeu.

Decisões da UE, de caráter protecionista, sem base técnica, têm de ser questionadas. São cerca de 12 milhões de produtores europeus que pressionam a cúpula do bloco a criar dificuldades ao produto brasileiro. Não querem competir com a nossa carne, que tem qualidade, é abundante, e seu preço é mais baixo.

A UE é o maior cliente do agronegócio brasileiro. Em 2007, foi responsável por 35,8% das nossas exportações, o equivalente a US\$ 20,8 bilhões. Das exportações brasileiras de carne bovina em 2007, 31% foram para Europa. Dos US\$ 3,5 bilhões obtidos com a venda de carne bovina *in natura* no ano passado, US\$ 1 bilhão veio do Velho Mundo. Foram exportadas 195 mil toneladas do produto para o bloco europeu.

Em 2016, o Brasil continuará sendo o maior exportador mundial de carnes (2,85 milhões de toneladas), estima o estudo Projeções do Agronegócio Mundial e do Brasil, de 2006/07 a 2017/18 do Ministério da Agricultura. Portanto, a cada dia que passa, precisamos mais do mercado europeu.

A UE paga melhor que outros compradores para os quais vendemos hoje. Em média,

a Europa paga US\$ 4.338 por tonelada de carne bovina. Já o valor médio pago pelo resto do mundo é de US\$ 2.550.

A Europa é referencial. Uma decisão da UE pode melhorar ou prejudicar a reputação do produto brasileiro no exterior. Seja para países que já compram carne brasileira *in natura* ou não, como os mais lucrativos, aos quais ainda não temos acesso (Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, entre outros).

O peso que a UE tem para as exportações brasileiras de carne precisa ser valorizado. Porém, não é isso que temos percebido. Dizer que as vendas para outros mercados compensam a suspensão das exportações para Europa é ter uma visão míope do negócio.

O tiroteio que tomou conta do assunto é prejudicial para o Brasil. Tumultua as negociações da carne e pode se espalhar para outros produtos. Além da missão de vistoria às fazendas, uma outra delegação europeia veio ao País inspecionar o sistema de controle de resíduos e contaminantes em alimentos exportados para Europa.

Atendendo ou discordando das exigências de rastreabilidade requisitadas pelo comprador, temos que nos unir para conseguir atender às mudanças ou pleiteá-las. As divergências internas devem ser resolvidas em âmbito doméstico. Só assim conseguiremos melhorar o relacionamento interno do setor, da cadeia produtiva com o governo, e do setor e do governo brasileiro com compradores, consumidores e autoridades estrangeiras.

Estamos fazendo a lição de casa para melhorar o controle da febre aftosa, reduzindo as vulnerabilidades da defesa sanitária. Entretanto, com relação à rastreabilidade ainda patinamos. O Brasil tem o desafio de aperfeiçoar o modelo atual para um mais próximo à realidade do sistema de criação nacional. Um formato universal, acessível a todos os pecuaristas, auditável, que ofereça bônus aos animais rastreados e cumpra as exigências internacionais. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

## Opinião

# O satélite pode responder



João Sampaio\*

NA ERA dos satélites, vivemos a inversão do olhar. Antes, o produtor fixava os olhos no céu para saber se teria chuva, sol ou vento. Hoje, do céu saem as informações coletadas pelos satélites. Seus receptores sensoriais captam o calor de um incêndio, identificam a ferrugem da soja, medem a salinidade dos oceanos e sentem o néctar na florada dos laranjais. É uma arma precisa e ferramenta indispensável para o agricultor.

Embora tenha se tornado instrumento imprescindível na construção da boa gestão dos negócios agrícolas, a informação, quando em excesso, pode confundir sobre a melhor opção de compra e venda e o tamanho da produção. Para o produtor, o mais importante é saber utilizá-la. Por isso, a capacitação e a profissionalização do setor fazem-se indispensáveis.

Na agricultura, ainda dominada pelas empresas familiares, como a intuição prevalece sobre a tecnologia, a utilização dos mecanismos de gestão é deixada de lado. Muitas vezes, o choque de gerações familiares na condução dos negócios é causado pela dificuldade do próprio agricultor na utilização de novas ferramentas de conhecimento.

A informação produzida pelos satélites é também uma importante arma mercadológica e política. Quem já não ouviu dizer sobre o poderoso centro de informações e estatísticas do USDA (United

States Department of Agriculture), com levantamentos sobre a produção agrícola norte-americana? E as implacáveis estimativas de safra deles e as análises dos mercados do resto do mundo, principalmente, os dos seus competidores? Os números do USDA derrubam e erguem mercados no clicar do *mouse* de um computador.

Os norte-americanos sabem mais sobre a safra de laranja brasileira que nós mesmos. Num ambiente “commoditizado”, em que o número lá influencia o preço cá, o conhecimento da produção aqui antecipa todos os negócios de lá.

Veja a polêmica criada pelo relatório do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre desmatamento de 1.922 km quadrados entre os meses de novembro e dezembro de 2007. Mato Grosso foi apontado como o estado responsável por 53,7% do total desmatado no País. Os ambientalistas chiaram e o agronegócio também.

O prejuízo é geral nesses casos. Sob o olhar da comunidade internacional, a discussão sobre os equívocos na leitura dos dados levantados pelos satélites, bem como o uso político da informação, gera trombadas de interesses e quem perde é o País.

Acima do acesso às novas ferramentas tecnológicas está o saber utilizá-las e ter a dimensão do alcance e do poder delas sobre os meios de produção. Durante a Revolução Industrial, os países que não souberam antever as distorções provocadas pela produção em massa, nos preços dos produtos não alcançaram êxito na transição econômica. Houve aqueles que – com telescópio na mão – tiveram de correr atrás da expansão e da conquista de novos compradores para seus produtos.

Nos novos tempos, os satélites são mais precisos que os telescópios. Por isso, o olhar é detalhado, mas nunca deve ser diminuto. Foque no pequeno para entender o grande, sem nunca deixar de olhar para o céu. ■

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo